

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA- DIURNO**

**Evanise Kei Claudino**

**POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:  
POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2018**

**Evanise Kei Claudino**

**POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:  
POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito para obtenção da **Licenciatura em Pedagogia**.

**Orientadora: Profa. Dra. Luciana Bagolin Zambon**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2018**

## RESUMO

### **POLÍTICAS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA**

AUTORA: Evanise Kei Claudino  
ORIENTADORA: Luciana Bagolin Zambon

Este trabalho trata da Educação Escolar Indígena e busca estabelecer uma dialética entre o modelo educacional, destinado aos indígenas, estabelecido na legislação brasileira, e a forma como a educação escolar indígena vem se efetivando em escolas indígenas de educação básica. Mais especificamente, busca-se estabelecer que contradições podem ser evidenciadas entre a realidade vivenciada por esses povos no que tange à temática e as várias violações do direito à educação diferenciada e de qualidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em duas escolas indígenas, localizados em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul. A coleta de informações foi realizada mediante entrevistas com equipe diretiva e professores. A partir dos resultados, podemos afirmar que a luta dos povos indígenas em busca de uma educação digna, que condiga com suas especificidades, até o momento, não tem se mostrado efetiva. O que acaba dificultando a caminhada rumo a uma educação de qualidade, com respeito a todas as especificidades de cada povo, são as barreiras criadas pelo próprio Estado. Isso se percebe na ausência de formação específica para todos os professores que atuam na educação escolar indígena, para que estejam aptos a trabalhar de forma diferenciada com esse público, bem como nas questões de recursos humanos, materiais e na infraestrutura das escolas.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena, Educação Básica, Educação diferenciada.

## RESUMEN

### **POLÍTICAS Y PRÁCTICAS DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA: POSIBILIDADES Y DESAFÍOS PARA LA EFECTIVIDAD DE LA EDUCACIÓN DIFERENCIADA**

**AUTORA:** Evanise Kei Claudino

**ORIENTADORA:** Luciana Bagolin Zambon

Este trabajo trata de la Educación Escolar Indígena y busca establecer una dialéctica entre el modelo educativo, destinado a los indígenas, establecido en la legislación brasileña, y la forma como la educación escolar indígena se viene realizando en escuelas indígenas de educación básica. Más específicamente, se busca establecer qué contradicciones pueden ser evidenciadas entre la realidad vivenciada por esos pueblos en lo que se refiere a la temática y las diversas violaciones del derecho a la educación diferenciada y de calidad. Para ello, se realizó una investigación en dos escuelas indígenas, ubicadas en diferentes municipios del estado de Rio Grande do Sul. La recolección de informaciones fue realizada mediante entrevistas con equipo directivo y profesores. A partir de los resultados, podemos afirmar que la lucha de los pueblos indígenas en busca de una educación digna, que condice con sus especificidades, hasta el momento, no se ha mostrado efectiva. Lo que acaba dificultando el camino hacia una educación de calidad, con respecto a todas las especificidades de cada pueblo, son las barreras creadas por el propio Estado. Esto se percibe en la ausencia de formación específica para todos los profesores que actúan en la educación escolar indígena, para que estén aptos para trabajar de forma diferenciada con ese público, así como en las cuestiones de recursos humanos, materiales y en la infraestructura de las escuelas.

**Palabras clave:** Educación Escolar Indígena, Educación Básica, Educación diferenciada.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA E DE QUALIDADE.....	08
2.1. O DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E DE QUALIDADE NOS DOCUMENTOS LEGAIS.....	08
2.2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR TRADICIONAL FRENTE À DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA.....	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
4. RESULTADOS.....	20
5. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICES.....	35

## 1. INTRODUÇÃO

Sabemos que no Brasil, historicamente, todas as populações que aqui habitavam tiveram seus direitos originários desrespeitados. O domínio exercido pelos colonizadores era tal, a ponto de, além de catequizar, escravizar e, encontrando resistência, exterminar os povos indígenas.

O tempo passou e a sociedade estrangeira, que aqui se instalou, já não procurava mais o extermínio indígena, se não integrá-los à nação maior, de modo que, aos poucos, mediante a adoção ou incorporação do comportamento da sociedade dominante, fossem desaparecendo como grupos e comunidades. Uma de suas estratégias utilizadas foi através da criação da escola.

Antes da colonização, o aprendizado indígena era baseado no conhecimento da vida em sua totalidade, poderíamos dizer que seria um saber holístico, por meio da tradição e memória coletiva dos mais velhos, que se dava através da oralidade, num processo permanente do cotidiano de sua comunidade, ou seja, a educação era caracterizada pela vivência da cultura e da aproximação entre gerações.

Porém, uma vez que se introduz o sistema escolar nas comunidades indígenas, e entendendo que hoje há uma legislação que ampara a educação diferenciada, indaga-se: como esta se aplica na práxis no âmbito escolar indígena?

A educação indígena, historicamente, se dá de forma totalmente diferente do modelo ocidental, sempre sendo estabelecido o método da oralidade como principal forma de educar as crianças e adolescentes indígenas. A partir do contato com os não indígenas, houve uma quebra nessa cultura, principalmente pelo fato de que a ideia dos colonizadores sempre foi a de integração dos indígenas à cultura ocidental, de forma assimilacionista. Um exemplo claro foi a inserção dos jesuítas em tribos indígenas com o intuito de educá-los de acordo com a “civilização”.

Podemos dizer que as políticas educacionais foram orientadas por princípios assimilacionistas, em que a educação escolar esteve a serviço da integração dos índios. A questão da educação escolar tem passado por fases que vão da integração ao reconhecimento do direito à diferença étnica e cultural dos índios, como princípios de ação política.

A educação escolar indígena, atualmente, encontra-se em voga no cenário nacional, com suas mais diversas problemáticas. É um assunto muito discutido e levado como pauta do movimento indígena, a qual é garantida como uma educação

diferenciada e, mais do que isso, que seja também de qualidade. A problemática na qual se assenta este trabalho está pautada na necessidade de que essas garantias educacionais aos povos originários sejam de fato efetivadas.

Nota-se um grande déficit no que tange à educação escolar indígena e faz-se necessário uma abordagem dessa temática para demonstrar o problema enfrentado pelos povos indígenas e a precariedade da educação escolar indígena, com relação ao não atendimento das demandas das comunidades e do que é estabelecido nas legislações concernentes. A educação dos povos originários, no Ensino Fundamental, se mostra incompatível com o que realmente é de direito.

Embora a legislação atual aponte para a necessidade de elaboração de propostas compatíveis com as comunidades indígenas, ainda há um conjunto de fatores que dificultam a efetivação de uma educação escolar que considere as especificidades desses povos. Dentre os fatores, podem ser mencionadas a precariedade de materiais didáticos próprios e, principalmente, uma formação adequada para os futuros atores educacionais que estarão inseridos nesse contexto.

Atualmente, esses empecilhos têm se demonstrado como o maior problema enfrentado pelos professores e gestores comprometidos em proporcionar de fato uma educação nos moldes das legislações que asseguram aos indígenas uma educação com foco na preservação da língua e da cultura, respeitando seus direitos e autonomia.

Enfim, são vários os entraves que dificultam a efetivação dessas normativas relacionadas à garantia de uma educação específica diferenciada para indígenas. Uma delas é o modo como a escola lhes vem sendo imposta. O modelo ocidental/europeu que rege as instituições de ensino, de modo geral, também atinge as escolas indígenas, dificultando a formulação de metodologias de ensino que fujam do padronizado. Tal modelo educacional homogêneo euro-ocidental é imposto, sobrepondo-se a outras culturas, sem pensar em formas de diálogo intercultural para se construir uma nova maneira de ensinar e aprender, contudo observando a autonomia dos povos tradicionais indígenas.

Assim, diante desse contexto, pretende-se dar visibilidade para a educação escolar indígena e estabelecer uma dialética entre o modelo educacional, destinado aos povos indígenas, estabelecido na legislação brasileira, e a forma como a educação escolar indígena vem se efetivando em escolas indígenas de educação básica. Mais especificamente, busca-se estabelecer que contradições podem ser

evidenciadas entre a realidade vivenciada por esses povos no que tange à temática e as várias violações do direito à educação diferenciada e de qualidade.

## 2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DIFERENCIADA E DE QUALIDADE

Os povos indígenas do Brasil têm assegurados direitos constitucionais que garantem sua autonomia, preservação da cultura, crença e língua originárias, direitos estes conquistados a duras custas e que nem sempre são respeitados. Nesse contexto, cabe enfatizar o estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 231 e 232, que tratam sobre os direitos desses povos, como citado acima. Tais direitos foram, sem dúvida, um grande marco no que diz respeito a esse grupo social, pois nunca antes havia se avançado significativamente nesse campo. A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também traz avanços significativos para os povos indígenas, em relação ao reconhecimento dos seus direitos diferenciados.

O texto da Constituição Federal já assegura o direito à educação diferenciada, em seu artigo 210, § 2º, e o direito de métodos próprios de aprendizagem: “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Com o advento da Constituição de 1988, pode-se dizer que esses povos “ressurgiram” no cenário nacional e, a partir daí, começaram se efetivar outros avanços importantíssimos para os povos indígenas, nas diversas áreas e setores. Um dos temas que evoluiu bastante foi a educação, com discussões sérias acerca do assunto, que culminaram na garantia de direitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. A seguir apresentamos uma síntese desses direitos estabelecidos na legislação.

### 2.1. O DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E DE QUALIDADE NOS DOCUMENTOS LEGAIS

#### **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Lei nº 9394/1996**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996 (LDB), em seu art. 32, inciso IV, § 3º, garante o direito dos indígenas a uma escola que respeite sua língua originária: “Art.32, IV, § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (BRASIL, 1996)

E, ainda, em seu art. 78, reconhece a cultura, conhecimentos e saberes próprios desses povos, com tratamento específico e diferenciado das outras escolas do sistema de ensino, assegurando esses direitos e atribuindo ao Estado e toda sua estrutura a competência para sua efetivação.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas (BRASIL, 1996)

Em consonância com o disposto no caput, encontram-se exemplificados e especificados alguns dos objetivos que devem ser buscados a partir do texto da lei.

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;  
II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (BRASIL, 1996)

Indo mais adiante, encontramos também outros textos normativos que asseguram uma educação diferenciada para as populações indígenas do Brasil. A educação diferenciada e de qualidade aos povos originários do Brasil é assegurada através de normativas ditadas a partir da imposição desses povos que assumiram um papel muito importante no cenário educacional para a concretização dessa meta. Exige-se uma educação que realmente atenda às necessidades de cada povo específico.

A seguir apresentamos as resoluções que foram editadas, no contexto pós-LDB 9.394/1996, visando garantir uma educação diferenciada aos povos indígenas.

### **Resolução CEB Nº 3 de 10 de Novembro de 1999**

No contexto pós LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais, para diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, assumem papel normativo no que diz respeito à sua organização e desenvolvimento curricular.

Assim, a resolução CEB Nº 3 de 10 de Novembro de 1999 fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Já em seu primeiro artigo assegura,

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. (BRASIL, 1999)

Podemos apreciar o parecer nº 14, de setembro de 1999, do Conselho Nacional de Educação, que tratou sobre essas diretrizes. Nele, encontramos a seguinte afirmação;

Para que as escolas indígenas sejam respeitadas de fato e possam oferecer uma educação escolar verdadeiramente específica e intercultural, integradas ao cotidiano das comunidades indígenas, torna-se necessária a criação da categoria Escola Indígena nos sistemas de ensino do País. Por meio dessa categoria, será possível assegurar às escolas indígenas autonomia, tanto no que se refere ao projeto pedagógico, quanto ao que se refere ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola. (BRASIL, 1999)

Partindo da normativa apresentada, a qual garante toda a proteção às maneiras específicas de cada povo indígena no que se refere à educação escolar, temos, mais uma vez, a segurança para que a educação diferenciada seja implantada dentro das comunidades indígenas, levando em consideração as especificidades de cada povo. Além disso, é fator importante estabelecido por essa normativa educacional a indicação de elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena. Em seu artigo 2º, inciso I, estabelece que as *escolas indígenas devem obedecer à condição de estar localizada em terras habitadas por comunidades indígenas, mesmo que estas se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos.*

Além da questão territorial, como condição indispensável para a instituição ser reconhecida como escola indígena, essa resolução traz em seu texto, especificamente no inciso III do mesmo artigo, a necessidade de que “*o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo*”.

Em linhas gerais, a resolução supracitada elenca diversas diretrizes que visam garantir uma educação diferenciada. Nesse sentido, traz em seu texto a garantia da participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como as definições referentes a suas estruturas sociais; práticas sócio-culturais e

religiosas; suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino e aprendizagem; suas atividades econômicas; a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; e por fim ainda visa garantir que se possa fazer o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

Assegura ainda em seu artigo 8º, que *a atividade docente na escola indígena será exercida prioritariamente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia*. Que deverão ter acesso a cursos de forma inicial e continuada de professores indígenas como afirmado no artigo 9º alínea f desta resolução.

### **Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010**

Na segunda metade da década 2000, houve um intenso processo de reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas logo após a LDB, considerando além do contexto de demandas de atendimento à diversidade e de expansão da Educação Básica, especialmente o Ensino Médio, as novas propostas políticas, tendo em vista a nova gestão que assumiu o governo federal a partir de 2003. Em relação à Educação Básica, foram elaboradas diretrizes próprias, dando uma unidade para esse nível de ensino.

Assim, a Resolução CEB nº 4 de 2010 estabelece as DCN para Educação Básica e traça parâmetros, também previstos na resolução anteriormente discutida, sendo mais específicas essas definições acerca da educação indígena, prevista na Seção V do Capítulo II, que versa sobre as modalidades da educação básica. A seção V garante a modalidade da educação indígena, nos artigos 37 e 38 da referida legislação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica buscam garantir em seu art. 2º:

- III- assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilingüismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentam os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;
- IV- assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;

VII- zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (BRASIL, 2012, pág. 2)

Além disso, em 2012 foram elaboradas diretrizes próprias para a educação escolar indígena.

### **Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de julho de 2012**

A Resolução Nº 5, de 22 de julho de 2012, que é uma das mais recentes normativas que tratam especificamente da educação escolar indígena, traça objetivos que orientam as escolas indígenas para a construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino. Estabelece também princípios que visam proporcionar aos povos indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

Esta normativa ainda prevê a organização da escola que pode ocorrer de formas diversas, como ciclos, séries anuais, com base na idade. No que tange às organizações da escola, prevê propostas pedagógicas nas diferentes etapas da educação básica promovendo o protagonismo do estudante indígena. No que se refere ao Projeto Político-Pedagógico, deixa assegurada autonomia das escolas indígenas, para organizar suas práticas pedagógicas, e o uso dos recursos financeiros, garantindo ainda a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento das escolas. Atribui, ainda, às organizações governamentais implementar programas de assessoria especializada em Educação Escolar Indígena objetivando dar suporte para o funcionamento das escolas indígenas na execução do seu projeto político-pedagógico.

No que se refere ao Currículo da escola indígena deixa exposto em seu artigo 1º que devem ser construído a partir dos valores e interesses das comunidades indígenas definidos no projeto político-pedagógico, sendo flexível e adaptados aos contextos socioculturais, podendo ser organizado a partir de eixos temáticos trabalhando interdisciplinarmente.

No que tange à avaliação, prevê no art.17, § 1º *A avaliação deve estar associada aos processos de ensino e aprendizagem próprios, reportando-se às dimensões de participação e de protagonismo indígena, objetivando a formação de*

*sujeitos socio-históricos autônomos, capazes de atuar ativamente na construção do bem viver de seus grupos comunitários. Considerando ainda o exposto no § 4º, inciso II do mesmo artigo, onde se refere as suas formas de produção de conhecimento e seus processos próprios e métodos de ensino aprendizagem.*

A formação e profissionalização dos professores indígenas também está assegurada na legislação. Neste sentido, vale elencar pontos principais trazidos pela normativa; em especial, destaca a importância do professor indígena no processo do diálogo intercultural, para a mediação e articulação dos interesses da sua comunidade com a sociedade em geral. São essas e várias outras ações que visam a garantia de uma formação adequada para os professores e que melhor atenda às demandas das comunidades.

Finalizando o rol de garantias da legislação aqui referida, o documento ainda traz a garantia e segurança de que o desenvolvimento das ações educacionais nas comunidades indígenas leve em conta os territórios etnoeducacionais que se constituem nos espaços institucionais em que os entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuarão as ações de promoção da Educação Escolar Indígena efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais e ambientais dos grupos e comunidades indígenas. Cabe ao poder público promover o regime de colaboração para promoção e gestão da Educação Escolar Indígena, definindo as competências comuns e privativas da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, aprimorando os processos de gestão e de financiamento da Educação Escolar Indígena e garantindo a participação efetiva das comunidades indígenas interessadas.

Essas Diretrizes resultam do crescente papel que o protagonismo indígena tem desempenhado no cenário educacional brasileiro, seja nos diferentes espaços de organizações de professores indígenas nas suas mais diversas formas de associações, seja por meio da ocupação de espaços institucionais estratégicos como as escolas, as Coordenações Indígenas nas Secretarias de Educação, no Ministério da Educação, bem como a representação indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Resumindo, apesar dos avanços estabelecidos na legislação - Constituição Federal de 1988, art. 231 e 232, respeito à cultura e diversidade indígena; art. 210, direito aos métodos próprios de aprendizagem; LDB 9394 de 1996, art. 32, inciso IV,

§ 3º, garantia de uma escola que respeite a língua; nos art. 78 e 79, reconhecimento da cultura, conhecimentos e saberes próprios, com tratamento específico e diferenciado das outras escolas do sistema de ensino; e, ainda, documentos que estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais - um dos problemas enfrentados pelos povos indígenas, apontado por diversos estudos, refere-se às dificuldades para efetivação dos direitos alcançados na legislação.

## 2.2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR TRADICIONAL FRENTE À DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA

Partindo do apresentado acima, percebe-se que, por ser uma educação diferenciada, é necessário salientar as diferenças culturais. Os povos originários desta região que veio a se chamar América possuem epistemologias distintas, com visão de mundo distintas. Esta diferença é desconsiderada nos diversos campos da civilização moderna, e no campo da educação gera uma enorme distorção, pois

Ao contrário do pensamento ocidental, os povos indígenas entendem que homens, plantas e animais integram o mesmo mundo, distinguindo-se dos primeiros, em muitos casos, apenas “pela diversidade de aparências e pela falta de linguagem (BRAND E CALDERONI, 2012)

Podemos citar casos específicos de comunidades que veem a educação escolar indígena com um viés mais crítico, em relação às práticas e maneiras como se introduz o ensino dentro das aldeias. Nessa linha de pensamento, podemos citar a maneira como são vistos os moldes educacionais atualmente a partir da concepção indígena:

Os indígenas Guarani, Kaiowá e Terena passaram por diversas transformações a partir da colonização, dentre elas destaca-se a transformação educacional. A educação formal escolar tomou o lugar da educação tradicional, onde o pátio da aldeia, junto aos idosos, a observação e a experimentação eram suficientes para a aprendizagem social e cultural do povo. A leitura e a escrita se tornaram imprescindíveis para estas comunidades e não alcançá-las, conforme os padrões estabelecidos pela sociedade ocidental, tornou-se sinônimo de fracasso escolar. Elementos como a língua, a cultura, o tempo e o modo próprio de aprendizagem destes indígenas têm sido desconsiderados. (SOUZA, BRUNO, 2017, p.211)

Certamente que alcançar os ideais da educação indígena torna-se uma utopia. À medida que a vivenciamos, percebemos mais nitidamente a distância entre a norma

legal, em seu texto, e a realidade escolar nas aldeias. São problemas estruturais que historicamente são reproduzidos continuamente até a atualidade.

No contexto escolar indígena as perspectivas da comunidade são levadas com seriedade, tendo em vista a característica coletiva que se perpetua entre esses povos. Então, a escola com vistas à legislação deveria atender a esse caráter mais inclusivo da comunidade nas decisões referentes à educação. No entanto, o que se tem notado, em trabalhos já publicados sobre o tema, são as verdadeiras “escolas ocidentalizadas” e, como já afirmado anteriormente, servindo à uma política assimilacionista instituída pelo Estado brasileiro desde a colonização. As contribuições de Silva corroboram tais constatações:

Os resultados demonstram que os avanços institucionais alcançados nos últimos anos são importantes, contudo, insuficientes para a garantia de direitos plenamente constituídos. Demonstra de mesmo modo, que os povos indígenas continuam a serem vítimas de um modelo educativo que produz e reproduz novas e antigas formas de assimilação cultural, de preconceito, de desrespeito e de erradicação do seu modo de vida. Deixando claro que as estratégias de enfrentamento adotadas, diante dos desafios da prática pedagógica aplicadas à realidade socioeconômica, política e cultural continuam sendo insuficientes frente a um histórico sistema de exclusão (SILVA; SANTOS, 2016, p.1).

O que a literatura vem apontando é a imposição da cultura ocidental hegemônica de forma naturalizada e de forma invasora. Sua burocracia e racionalidade impõe práticas e saberes como sendo as corretas a serem aplicadas nas escolas, não cedendo espaço para outras formas e saberes, sobrepondo-se à cultura dos povos originários, apresentando-se como válidas e melhores, as únicas que garantirão os saberes escolares necessários para enfrentarem o mundo ocidental. Nesse sentido, afirma Ladeira:

As escolas nas aldeias têm sido, com raras exceções, réplicas das escolas das cidades: a mesma proposta de currículos, de critérios de avaliação, carga horária, estrutura de funcionamento etc. A escola sendo pensada como possibilidade de que os grupos indígenas se ‘incluam’ na sociedade nacional, abandonando com o passar do tempo o seu modo próprio de ser (LADEIRA, 2013, p.143)

O trabalho com culturas e costumes diferentes é um desafio, tanto para os profissionais que estão atuando, como para os alunos que estão ali para aprender. Diante disso, é sabido que é uma das dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas assimilar conhecimentos que ainda não fazem parte do seu contexto.

Como podemos ver a partir dos Censo escolar de 2015, do Ministério da Educação, ainda há poucas escolas indígenas com materiais didáticos próprios para ser trabalhados dentro das escolas, onde os professores têm que fazer adaptações para trabalhar com os materiais disponibilizados pelos órgãos educacionais, tornando assim um entrave para a efetivação da educação diferenciada e de qualidade, por exemplo:

Ir para a escola e assistir aulas em outro idioma, não conhecer a própria história, aprender a história de outro povo e ter exemplos estranhos à realidade em que se vive é uma situação que parece irreal. No entanto, é assim que são educadas muitas crianças e jovens indígenas. Os últimos dados do Censo Escolar de 2015, do Ministério da Educação (MEC), mostram que pouco mais da metade, 53,5%, das escolas indígenas têm material didático específico para o grupo étnico.

[...] há livros que chegam às aldeias que não condizem com a realidade da população. "Há livros que vêm de fora, há imagens desconhecidas. "Na região amazônica, as crianças não conhecem elefante, girafa. Mesmo não entendendo a lógica desses personagens, a ideia é aprender a ler e escrever a língua portuguesa".(TOKARNIA, 2016, p.1)

A oferta de escolas é outro problema enfrentado pelas comunidades indígenas. Por mais que nas legislações esteja prevista como uma das etapas a ser ofertada, o ensino médio ainda se constitui como etapa que mais desafios enfrenta para as comunidades indígenas, pois não há escolas suficientes, o que obriga os jovens indígenas a saírem de suas comunidades e deslocarem-se para outra comunidade, até mesmo tendo que se deslocar para as escolas não indígenas, pois ainda é pouco ofertado essa etapa nas comunidades. Este aspecto, uma vez que a legislação obriga a presença na escola das crianças, resulta em um ato de violência, que vai contra a própria legislação. Se é obrigatória a presença de uma criança ou jovem indígena na escola, esta escola tem que estar dentro da comunidade ao qual ela e sua família vivem. Como exposto abaixo

Artigo 10 O Ensino Médio, um dos meios de fortalecimento dos laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem, deve favorecer a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios. (BRASIL, 2012, pág. 5)

Certamente para que se tenha uma educação escolar diferenciada e de qualidade na práxis, ainda há muito que se rever, pois as normativas que asseguram uma educação diferenciada ainda estão restritas ao papel, segundo percepção pessoal e segundo pesquisas já publicadas sobre o tema. Assim, na prática ainda se

tem escolas moldadas à escola ocidental. Apesar das garantias legais, os órgãos responsáveis pela oferta da educação escolar indígena não estão preparados para lidar com povos que merecem uma atenção diferenciada nas suas especificidades.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desse estudo, de natureza qualitativa, foram inicialmente definidos os espaços a serem investigados. Para seleção das escolas, quis apresentar duas realidades, situadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, ambas escolas situadas dentro de comunidades indígenas. Assim, delimitamos a pesquisa em duas comunidades: na aldeia KetyJugTegtu, localizada no meio urbano de Santa Maria/RS, onde encontra-se a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva; e na Terra Indígena da Guarita, localizada no meio rural, abrangida por três municípios, Redentora, Erval Seco e Tenente Portela, todas no Rio Grande do Sul, onde encontra-se a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio KásinMig, pertencente ao município de Redentora.

Definidos os espaços, foi realizada uma primeira visita às escolas, onde foi entregue para a direção uma carta de apresentação e foram expostos os objetivos do trabalho. A recepção da direção foi positiva e ambas concordaram com a realização da pesquisa.

A escola 1 tem três professores indígenas e seis professores não indígenas; atende 35 alunos, em 5 turmas multiseriadas: Pré A e Pré B, 1º ao 3º ano, 4º e 5º ano, 6º ao 9º ano. A escola oferece também a modalidade EJA para ensino fundamental. O funcionamento da escola ocorre em três turnos, manhã, tarde e noite.

A escola 2 tem 17 professores indígenas e 14 não indígenas; atende 409 alunos, distribuídos em todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), nas modalidades regular e EJA para ensino fundamental e médio.

Para coletar informações nessas escolas, escolhemos a entrevista semi-estruturada com a direção e com um professor indígena. O roteiro elaborado (Apêndice 01) continha 07 questões, abordando aspectos relacionados à rotina de trabalho, elaboração do Projeto Político-Pedagógico e dos planejamentos de ensino, dificuldades e desafios enfrentados.

As entrevistas na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva foram realizadas no dia 16/05/2018, com a direção e com uma professora. Posteriormente, foi realizada entrevista com a direção da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio KásinMig, no dia 24/05/2018.

As entrevistas realizadas tiveram uma duração 5 a 20 minutos e foram áudio-gravadas. Após, foram transcritas e analisadas. Para análise, buscamos a categorização das informações coletadas, visando atingir os objetivos. Para tanto, utilizamos um quadro-síntese que permitiu reunir as informações para cada critério de análise definido, contendo a transcrição das entrevistas e a síntese das informações fornecidas pelo entrevistado.

#### 4. RESULTADOS

As entrevistas foram analisadas a partir da transcrição dos depoimentos dos professores. Para essa análise utilizamos um quadro-síntese, que possibilitou a construção dos resultados.

Abaixo apresentamos os resultados relativos a cada critério de análise.

Em relação à Rotina de trabalho da direção escolar, as falas apresentadas pelos diretores entrevistados evidenciam uma rotina bastante exaustiva.

A rotina assim é bem movimentada, assim eu tenho a direção da escola, mas eu faço toda a parte burocrática né, de RH, a parte de gestão financeira também né, toda parte administrativa a gente não tem o pessoal da secretaria, então isso acaba sobrecarregando um pouco, e agora, pouco tempo, a gente tem o trabalho de uma coordenadora pedagógica que vem nos ajudar nessa parte de acompanhar os professores, nos tínhamos uma, mas por essas questão de mudança que teve no estado, a professora teve que ir para a outra escola de origem né, é um pouco isso assim a rotina da escola né. (Diretor da escola 1)

Percebemos nessa fala do diretor que a falta de Recursos Humanos apropriados para o bom funcionamento da escola acaba sobrecarregando muito a direção, que precisa assumir funções que não são suas.

Além disso, há muitas atividades burocráticas com as quais a direção precisa se envolver. Isso faz com que a equipe diretiva escolar se depare com dificuldades quanto ao desenvolvimento do papel pedagógico, conforme os relatos abaixo:

Eu tenho quarenta horas aqui né, então a rotina de trabalho ela é bem animada, agora por exemplo, ate me atrasei um pouco pra nossa marcação aqui, eu tava vendo os orçamentos né, então toda parte de reuniões com a CRE, parte da burocracia né...(Diretor da escola 1)

Ele é um trabalho bastante burocrático e ai a gente deixa a desejar na questão do pedagógico, porque o envolvimento com as questões burocráticas desde a questão do financeira, organização documental da escola num todo, toma um espaço de tempo muito grande, e agente acaba por não cuidando do pedagógico como deveria, porém a gente tem uma equipe que é de coordenadores, de supervisores que nos auxiliam nessa questão pedagógica então a rotina diária nossa aqui dentro da escola ela é bastante envolvida com a questão burocrática, e logicamente a gente da atenção para os alunos um atendimento enquanto equipe para o corpo docente né, dos professore e discente dos alunos.(Diretor da escola 2)

Outro fator que interfere na rotina de trabalho da direção escolar é a precariedade de recursos e de infraestrutura da escola, como pode ser evidenciado no depoimento abaixo:

a escola também... a questão de precariedade a gente não tem telefone nem internet né então tenho que usar meu celular como roteador, então as vezes também acabo que levando o trabalho pra casa, certamente né, final de semana, feriado a gente sempre acaba se envolvendo pra dar conta da educação assim ter condição de acontecer né é bem corrido assim pra tudo que saia de modo tranquilo a gente corre bastante. (Diretor da escola 1)

Soma-se a isso, há fatores que são comuns às escolas regulares e ao trabalho docente de modo geral: as condições de trabalho dos profissionais do magistério que, no caso mencionado, implica na necessidade de levar atividades da escola para a casa, interferindo no tempo de descanso dos professores.

Quanto ao processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), podemos perceber nas falas dos diretores que ambas escolas trabalham com um processo coletivo, em que há o envolvimento de toda a comunidade escolar na sua elaboração:

Aqui o regimento kaingang... tem um regimento coletivo já né, que foi feito por todo povo kaingang, que se reuniu e elaborou, mas dai a gente tem aqui junto, com a... nas reuniões pedagógicas nos discutimos um pouco né, e conversamos muito com a comunidade, tudo que é feito é visto considerado o parecer da comunidade né, então os projetos que a gente tem, qualquer digamos evento mesmo que seja semanal, é tudo visto com a comunidade se eles estão de acordo ou não né. (Diretor da escola 1)

O PPP da escola assim como os outros documentos né, o regimento, os próprios planos de estudos, mas especificamente o PPP, ele foi construído com todos os entes que envolve a escola, pais, alunos, professores e funcionários. (Diretor da escola 2)

Em relação ao processo de reformulação do PPP observa-se que apenas uma das escolas faz a reformulação anualmente, enquanto a outra o realiza a cada três anos.

O PPP é uma coisa que esta sempre sendo reconstruído né que a gente faz por um planejamento no máximo assim anual, depois cada ano a gente retoma, discute, avalia né, mas e também como é uma modalidade indígena, é uma novidade assim pra vários professores que vem trabalhar aqui, então a gente esta sempre discutindo vendo o que deu certo e o que não deu como fazer pra melhorar né, porque mesmo a questão da alfabetização bilíngue é uma questão bem complexa né, então tem ate a gente questionando assim junto com outras aldeias cada um tem um método, cada um tem uma experiência é uma novidade então a gente tá em construção sempre mesmo no aspecto da aprendizagem ne, uns acham que é melhor alfabetizar na língua materna, outros acham que é melhor no português pra não confundir então é um processo complexo.

(...)porém apesar de ter sido construído no grande grupo né, envolvendo todos esses... ter todas essas participações, muitas vezes o PPP ele acaba sendo esquecido dentro da escola e ai a direção a equipe diretiva tem que ter essa preocupação de sempre estar retomando o PPP com os professores,

ate porque a gente tem um transito grande de professores de um ano pro outro, mudam algumas peças né alguns professores, ai cada ano tem que ta retomando, e ao longo de três anos no mínimo a gente sempre reformula o PPP essa reformulação quer dizer alterar ele como um todo, mas da uma... fazer uma analise criteriosa do se trabalhou o que se teve d efetivação do trabalho pedagógico diante do PPP e o que se pode mudar.

Chama atenção uma preocupação recorrente na fala dos dois diretores entrevistados que se refere à constante renovação no quadro de professores, que chega a ocorrer anualmente nas escolas indígenas. Por conta disso, os diretores relatam a necessidade de sempre retomar com os professores iniciantes na modalidade aspectos relacionados ao PPP, pois na maioria das vezes, segundo eles, chegam nas escolas professores que desconhecem a modalidade indígena.

No que diz respeito à elaboração dos planejamentos, novamente percebe-se a necessidade de apresentar aos professores a propostas de uma escola indígena como relata a diretora:

“a gente coloca como é a realidade da escola, e a gente conversa muito assim mesmo na hora do recreio a gente faz comentário da aprendizagem”. (Diretor da escola 1)

Dentro desse critério, referente aos planejamentos, o diretor da escola 1 menciona dificuldades relacionadas às possibilidades de realização de um planejamento coletivo. Semelhante às demais escolas regulares, a escola indígena também enfrenta problemas para a realização de reuniões pedagógicas com os professores. Tais reuniões são espaços essenciais para a organização e desenvolvimento de uma proposta coletiva de trabalho. Porém, novamente as condições de trabalho, que muitas vezes “forçam” os profissionais do magistério a dividir sua carga horária em mais de uma escola, impedem ou dificultam a possibilidade de reunir todos professores da escola.

“as reuniões pedagógicas... ate agora, esse ano foi corrido assim, a gente não conseguiu ainda fazer” (Diretor da escola 1)

Os professores da escola 2 tem um espaço que é disponibilizado para fazer a elaboração do planejamento, onde também tem uma equipe pedagógica que acompanha para dar orientações:

a escola disponibiliza espaço físico pros professores fazerem os planejamento deles, mas o planejamento deles ele é individual, e existe uma orientação coletiva da coordenação pedagógica da escola e da supervisão,

tanto na educação infantil, anos iniciais, anos finais e ensino médio, tem uma orientação coletiva do planejamento e organização. (Diretor escola 2)

Mesmo sendo um espaço para todos os professores planejar as suas aulas coletivamente, com o acompanhamento coletivo da coordenação e supervisão, cada professor faz o planejamento individual, para suas respectivas aulas, o que corrobora a visão de que a docência é uma atividade solitária.

Ambas escolas trabalham com projetos interdisciplinares, fazendo a ponte entre o saber tradicional e o conhecimento científico,

a gente faz essa retomada e partilha, faz projetos juntos interdisciplinar, mas sempre... por que é também uma novidade, que mesmo... não só a alfabetização, mas como trabalhar o conhecimento científico né, como saber tradicional indígena que é também um dos objetivos da escola indígena né, então fazer essa... trabalhar esses dois conhecimentos né. (diretora da escola 1).

Os planejamentos dos professores também são elaborados a partir de projetos desenvolvidos na escola, sob orientação da coordenação. Por exemplo,

a escola trabalha a partir de projetos interdisciplinares, esses projetos eles acontecem geralmente em torno de trinta dias, máximo dois meses, um bimestre, não se estende muito os projetos para que ele não se torne cansativo bastante o tema né. Mas a orientação do planejamento ela é feita de forma coletiva, através então de projetos... enfim, e aí o planejamento individual de cada professor, pra suas aulas específicas, é o planejamento do próprio professor individualizado, então cada um planeja e se organiza, mas sempre a partir de projetos que a escola desenvolve que a equipe pedagógica orienta. (diretor da escola 2).

Quanto às dificuldades sinalizadas pelos diretores, percebemos que, ainda que se tenham direitos assegurados nas legislações, há muitos entraves para a efetivação da educação escolar indígena. Diante disso cabe ressaltar o relato da diretora

A gente tá carregando o sistema nas costas né, a gente carrega porque não existe uma... toda uma demanda diferenciada né, pra escola indígena que é um direito assegurado, mas ainda o sistema não tá preparado pra atender, o exemplo que a gente tá agora a própria escola que está sendo construída na área nova quem está construindo são a comunidade indígena né, com o pouco recurso que a escola tem, porque o estado não pode construir escola que não seja de alvenaria, mas escola de madeira existe, então é uma incoerência que se depara na burocracia, não é que eles não queiram, mas eles não podem né, e então é uma contradição. (Diretor da escola 1).

No relato da diretora podemos notar que ela traz alguns apontamentos relacionados à estrutura da escola, que são de obrigação do Estado proporcionar

recursos para que se tenha condições de espaço para as atividades escolares, demonstrando uma falha na efetivação das políticas públicas educacionais.

Na escola 2, um apontamento importante e preocupante foi a falta de formação continuada para os professores, uma vez que tanto os professores indígenas, quanto os não indígenas possuem dificuldades específicas em trabalhar questões específicas da temática escolar indígena de acordo com o projeto da escola. Nesse sentido, ele afirma, em trecho da entrevista, que;

Ai a gente enfrenta varias situações, dentre elas é a questão de falta de formação adequada de professores, [...] principalmente para os não indígenas porque a nossa proposta pedagógica ela é uma proposta voltada pra comunidade então se a gente elaborou a proposta pedagógica com a participação da comunidade e dos pais, obviamente que nessa proposta tem as questões indígenas dentro, e se o professor não indígena, não tem conhecimento de causa, ele não vai trabalhar a questão indígena dentro da escola, o próprio professor indígena por mais que ele é, seja da comunidade, conheça a cultura, falta pra ele a didática ele pode ter ate a formação pedagógica, mas falta a formação continuada que prepare didaticamente esse professor pra dar aula, pra ministra uma aula voltada pra comunidade indígena então nossa maior dificuldade é essa, falta de formação continuada que trabalhe com os professores preparando eles pra atender essa demanda pra escola. (Diretor da escola 2).

Durante as entrevistas realizadas, me ative em questionar também sobre mudanças que, se pudessem, os diretores fariam na escola indígena, com uma pergunta bem objetiva direcionada aos entrevistados. Assim, obtive como resposta da diretora da escola 1 alguns apontamentos interessantes em relação a esse tema, mas vale destacar principalmente aquele que se refere à burocracia, que é tão presente em todo esse processo;

É eu acho que, na escola assim, a escola tá caminhando conforme as pernas que o sistema possibilita né, mas agora a gente teve uma formação la na SEDUC, teve a conferencia nacional de educação indígena, e tem muitas demandas ali que estão colocadas né, que de agora pra frente tem um peso né, porque essa conferencia ela tem o peso é considerado como uma consulta aos povos indígenas, que é a 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que garante que o povo indígena tem que ser consultado, então que dai o desejo de criar um sistema de educação indígena que não tem, varias coisas, direitos que estão assegurados que foram aprovados nessa conferencia que acho que vai ajudar um pouco né de ter esse olhar diferente e a deixar de lado essa burocracia e que as coisas aconteçam. Então, o que eu mudaria era isso, um sistema um pouco mais flexível, e com investimento real né na educação. (Diretora da escola 1).

Quando questionado em relação ao que mudaria se fosse possível dentro da escola, o diretor da escola 2 se manifestou no sentido de proporcionar uma formação de qualidade para os professores indígenas e não indígenas que atuam na escola. Mencionou, ainda, a necessidade de inserção da comunidade geral dentro da comunidade escolar, pois segundo ele é um problema enfrentado pela escola em questão:

O que eu mudaria é tentar disponibilizar para os professores, e a gente tá trabalhando pra isso, só que a gente se esbarra em alguns problemas... que é proporcionar para os professores uma formação capaz pra que eles se apropriem desse conhecimento didático pedagógico da cultura pra trabalhar com os alunos e resgatar muitas coisas que estão se perdendo, só que daí então nos esbarramos em questões financeiras e questões de recursos humanos.

Outro ponto que eu também mudaria é a questão de tentar trazer mais a comunidade pra dentro da escola que cada vez mais os pais, a família, se afastam da escola, eles transferem pra nós uma responsabilidade que muitas vezes não é nossa e que os próprios pais não dão conta e aí jogam pra escola e nós que temos que resolver, se eu pudesse mudar isso, eu mudaria, mas a gente sabe que isso é uma tendência e não volta mais e temos que nos adaptar. (Diretor escola 2)

No que se refere à legislação que versa sobre educação escolar indígena, a diretora da escola 1 traz apontamentos em relação à flexibilização das leis, à adaptação das normativas de acordo com as peculiaridades das comunidades; ao mesmo tempo, deixa evidente o sucateamento da educação escolar, trazendo como problema a não priorização da educação escolar indígena e fecha suas colocações apontando a falta de coerência na aplicação das normas:

É isso que eu falei, serem mais flexíveis né, e fazer não a educação se adaptar a lei, mas a lei... se é um direito assegurado, a lei se adapta em pequenas coisas pra... isso se refere principalmente aqui no prédio escolar, no... agora, passei a manha inteira correndo vendo os orçamentos os pais tão lá, tão dormindo lá, tão construindo e tudo isso no papel seria um direito... a escola como as outras comunidades tem né, e esse direito a gente tá correndo atrás desde de 2014 né. Então está demorando pra educação ser priorizada né, com um discurso, não com discurso fácil, mas discurso de não ter recurso... pô! quatro anos não conseguiram priorizar a educação, quando que vai né, pois já se passou uma geração da series iniciais, tá passando e vai passar né, então como te disse pra fazer acontecer acaba que carrega o sistema nas costas né, então eu mudaria essa legislação que fosse mais coerente mesmo, aquilo que está na lei que seja colocado em prática sem muito... sem ter muita dificuldade né. (Diretora escola 1)

E quase seguindo a mesma linha de pensamento da diretora da escola 1, o diretor da escola 2 traz em seu discurso que;

Não mudaria nada, o que eu mudaria era a aplicabilidade da lei, por que existe a lei bonitinha, tala no papel, mas aqui na pratica ela, pouco ou nada não acontece, então o que, eu não mudaria a legislação ta ótimo o que mudaria é forma como ela é aplicada dentro da escola.(Diretor escola 2)

Ou seja, ele menciona que o principal desafio é colocar em prática a legislação.

Quanto à diferenciação sobre o que é ensinado na escola indígena, não nos resta dúvida estarmos falando de uma visão de mundo totalmente diversa da eurocêntrica. Fica evidente estarmos diante de uma diferença que merece todo respeito e valorização. Assim explana a diretora da escola 1, trazendo vários pontos específicos como o ensino da língua materna, a cultura e a não adoção do ensino religioso na escola:

O que que eu percebo assim, tem a questão da língua que é... tem esse respeito, tem a alfabetização na língua, ao invés de ensino religioso tem os valores da cultura kaingang também que ta... o currículo. A parte da educação artística, esse procura trabalhar a questão do artesanato, a cultura mesmo, e todo conhecimento em si científico é igual o das outras escolas, mas aqui procura resgatar também e fazer uma relação na metodologia de trabalho, por exemplo, nas aulas de ciências né estuda as plantas toda classificação, mas também se estuda no que que é utilizado isso na cultura né, eles vão em casa perguntam pros avós, pras mães, trazem ate concretamente colam no cartaz e escrevem pra que que serve, escreve em kaingang, então esse é um exemplo né e nas outras áreas também é feito... na pré escola achei interessante um trabalho que ate foi uma acadêmica que trouxe né, dai confeccionou os chocalhos pra pré escola, dai mostrou no vídeo como que é o chocalho, dai mostrou os chocalhos né e cada um fez o seu, então né sempre desde pequenininhos tendo as historinhas indígenas, desenham pintam, na educação física também em comparação com os jogos né acho que ele ta fazendo quais são as brincadeiras indígenas que eles faziam, resgatar isso né e deixar também que pratiquem né arco e flecha, peteca, subir nas arvores, um exemplo assim de como é trabalhado né.

No que tange aos materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), como já é sabido, chegam até as escolas indígenas, e os professores que tendem a aderir ao verdadeiro propósito da educação escolar indígena tentam das mais variadas formas a sua melhor aplicação, como afirma a diretora da escola 1;

A gente tem os livros né, lógico os prof adaptam né, por exemplo, a professora de geografia e de historia trabalha muito isso né, ela usa o texto e depois ela constroem em cartaz junto com os alunos comparando, por exemplo, o modo de produção ocidental, com o modo de produção indígena, sempre procura fazer um paralelo, na geografia também né é bem tudo assim tem esse esforço... na própria historia o mito da criação, como é o mito da criação para os povos indígenas, significado do sol, da lua ela procura fazer sempre dentro do conhecimento.(Diretora da escola 1)

Em relação aos programas ofertados pelo governo e que a escola participa podemos dizer que há uma participação significativa, pois o diretor da escola 2 evidencia em sua fala que:

A escola participa ativamente de todos os projetos que o governo federal, estadual disponibiliza pra nós, nós trabalhamos hoje com o mais educação que não iniciou ainda este ano, mas ta pra iniciar, que é um programa que visa através de oficinas fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, agora nos estamos participando do mais alfabetização que também é um programa que foca o ciclo de alfabetização, que é o primeiro e o segundo ano, indiretamente nós participamos do PNAIC não ativamente dentro do programa mas indiretamente trazendo material pra eles trabalharem dentro da escola, além de outros programas que o governo aleatoriamente durante os anos vem proporcionando e a gente vai participando, mas em linhas gerais seriam esses. (Diretor da escola 2).

Finalizando sua fala, a diretora da escola 1, ainda comenta sobre o calendário diferenciado que é uma característica das escolas indígenas, que possibilita que os alunos em determinados períodos do ano acompanhem seus pais para as vendas dos artesanatos; vejamos:

a gente tem também um calendário diferenciado né, uma característica da escola, por exemplo na época da pascoa ali, a gente tem um recesso de uma semana que o pessoal sai pra vender os artesanatos né, então a gente respeita esse costume né, da cultura e faz um calendário diferenciado. Também a gente nesse período ou durante o ano, a gente recebe as crianças de outras aldeias da o acompanhamento, faz a chamada de presença, já existe esse acordo né entre as escolas estaduais e indígenas, que cada... por exemplo, a criança que sai daqui da aldeia ela pode passar quinze dias acompanhando os pais na venda dos artesanatos e dai depois a diretora da escola que ela frequentou me manda as presenças, as faltas, a mesma coisa eu faço né a gente recebe em torno de quatro a cinco crianças durante o ano e é uma coisa diferente também, mas que faz parte da cultura né. (diretora da escola 1)

Todas as escolas indígenas têm esse calendário diferenciado, que levam em consideração aspectos culturais e especificidades das comunidades. Essa flexibilização além de atender essas peculiaridades ajuda, de certa forma, para que as crianças que saem para acompanhar seus pais, nas vendas de artesanato aprendam a lidar com as relações interétnicas, tendo em vista que se estabelecem contatos com indígenas de outros lugares, outras etnias.

O diretor da escola 2 finalizando sua fala deixa exposto sobre os desafios dentro da escola e a questão das informações superficiais que circulam entre as pessoas, que acabam tirando conclusões precipitadas em relação à escola indígena.

os desafios dentro da escola hoje são grandes e tá mudando muito rápido, os paradigmas estão se alterando a curtíssimo prazo. Então, nós temos que estar cada vez mais... não vou usar a palavra se reciclando, mas em constante formação, de forma que a gente esteja sempre entendendo o que esta acontecendo. E hoje na escola a gente enfrenta um problema que é a questão da informação muito superficial, muito rápida e onde que as pessoas acham que ouvindo uma informação acham que conhecem, mas na verdade não conhecem, defende uma construção do conhecimento, então é todo uma dinâmica nesse sentido (Diretor da escola 2).

Outro público que merece ser ouvido em relação à realidade escolar indígena são os professores. Assim, direcionei parte do roteiro das entrevistas para a classe docente de uma das escolas, campo da minha pesquisa, a escola 1.

O roteiro da entrevista trouxe questionamentos quanto rotina, PPP da escola, e outros questionamentos que serão explanados a seguir.

Sobre a rotina, a professora entrevistada, que trabalha há cerca de dois anos na escola, apresentou de forma sucinta sua vivência escolar;

A minha rotina, de manhã eu tenho duas turmas junto né, porque é misturado, que é quarto e quinto ano e a tarde eu tenho do primeiro ao terceiro ano. (professora da escola 1)

Em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola a professora evidenciou que a construção se dá de forma coletiva;

Foi em conjunto com a direção professores, funcionários, todos contribuíram juntos pra formar o PPP. (professora da escola 1)

Essa posição reafirma aquela apresentada pela diretora da escola, que também mencionou o processo coletivo de construção do PPP. A professora também acrescentou que a reformulação do documento acontece anualmente;

Todo ano a gente reformula ele, é de acordo com as necessidades que for aparecendo pra gente ir acrescentando ou tirando alguma coisa. (professora da escola 1)

Tratando-se da elaboração dos planejamentos de aula, constata-se que são feitos individualmente por cada professor, levando em consideração as discussões nas reuniões pedagógicas em relação aos conteúdos que serão trabalhados:

Os planejamentos são bem individual, porque como eu tenho toda a turma de nível fundamental e anos iniciais, do primeiro ao quinto são meus, então é bem individual, não tem uma outra professora assim pra fazer o planejamento junto comigo né, é eu que faço sozinha meus planejamentos, a gente tem

reuniões periódicas assim mas é mais discutido a questão de conteúdos o que se trabalha, mas o planejamento em si eu faço sozinha.(professora da escola 1)

É evidente também o choque entre culturas no âmbito das escolas indígenas, a partir do contato dos alunos e professores. Isso pode ser encarado como um processo de aprendizagem e a professora que deu a entrevista expõe também como um obstáculo para o desenvolvimento de algumas atividades. Ressalva-se aqui que há sobre essa questão o ponto de vista eurocêntrico, de uma professora não indígena. Nesse sentido, quando questionada se já havia tido contato com escola indígena e se encontrou alguma dificuldade para exercer sua função de educadora, assim ela afirma:

Não, não tinha, eu trabalho em outras escolas, mas em escolas indígenas, foi minha primeira vez. Ah é bem diferente eles têm um ritmo diferente assim, não tem como a gente seguir exatamente um cronograma, assim... porque eles têm um ritmo diferente deles né, o ritmo tem que ser um ritmo bem mais lento, do que eu estava acostumada em outras escolas, assim... então eu não consigo apressar muito as coisas, tem que ser muito no tempo deles, tudo sabe.(professora da escola 1)

Fica evidente, a partir do comentário acima, que há uma enorme deficiência na formação de professores para atuarem nas escolas indígenas, o que é um problema muito recorrente e só poderemos avançar mais em relação a isso quando começarmos a pensar a educação, em todas as etapas, pelo viés descolonizador.

Quando questionada em relação à metodologia de ensino que utiliza, se mostrou flexível aos interesses dos alunos

Eu costumo utilizar mais o construtivismo, porque parte do aluno sempre o interesse, principalmente por ser indígena, tem muitas coisas que são do interesse deles que não ta exatamente no conteúdo escrito né, então parte muito deles assim que eu vou começando a trabalhar, ai as coisas que vão surgindo, parte muito do aluno aqui.(professora da escola 1)

Em relação às atividades lúdicas que são desenvolvidas com os alunos, podemos notar que segue um modelo tradicional, de escola não indígena, o que vai na contramão de uma proposta de escola diferenciada, conforme depoimento da professora:

A gente tem desde jogos educativos que a gente faz, brincadeiras no pátio, brincadeira de roda, a gente utiliza também a sala de informática com jogos de raciocínio lógico, de montar palavras, quebra-cabeça. (professora da escola 1)

Direcionada a questão em relação às mudanças que, se pudesse, a professora faria, ela faz referência a questões estruturais. Novamente é apontado o esquecimento, por parte do poder público, no que toca as escolas indígenas.

Acho que principalmente a estrutura, eu acho que deveria ser uma estrutura melhor, que o governo deveria oferecer uma estrutura melhor pra eles assim. (professora da escola 1)

No depoimento da professora, em relação à legislação que refere-se à educação escolar indígena, nos deparamos com a problemática já expostas pelos diretores entrevistados, que são as falhas na efetivação dessas normativas;

Nas leis acho que não mudaria, porque a lei ela é bem feita, ela tá bem construída, só que na pratica que a gente não vê tudo aquilo acontecendo né, colocar a lei em pratica não é tão simples assim, então na lei exatamente eu não mudaria. (professora da escola 1)

Por fim, cabe reflexão acerca dos resultados obtidos durante as entrevistas, no que diz respeito à garantia efetiva de direitos assegurados nas legislações referentes à educação escolar indígena.

A luta dos povos indígenas em busca de uma educação digna, que condiga com suas especificidades, até o momento, não tem se mostrado efetiva. O que acaba dificultando a caminhada rumo a uma educação de qualidade, com respeito a todas as especificidades de cada povo, são as barreiras criadas pelo próprio Estado, que ainda insiste em ocidentalizar cada vez mais as escolas. Isso se percebe na ausência de formação específica para todos os professores que atuam na educação escolar indígena, para que estejam aptos a trabalhar de forma diferenciada com esse público, bem como nas questões de recursos humanos, materiais e na infraestrutura das escolas.

## 5. CONCLUSÕES

O presente trabalho proporcionou uma visão mais ampla sobre o que é a educação escolar indígena, quais são as normas que asseguram esse modelo de escola e também quem são os agentes que estão incumbidos de gerenciar-las, como também proporcionou ter uma extensa visão sobre os desafios enfrentados para que de fato estejamos diante de uma “escola indígena”.

Assim, faz-se necessário tomarmos alguns parâmetros para traçar conclusões acerca do tema abordado; primeiramente analisar que a escola indígena e todo seu processo, desde a construção até o seu funcionamento, dependerá de certos aspectos, como a cultura e os costumes de cada povo, bem como a localização geográfica; são fatores como os citados que darão uma “cara” à escola indígena e à educação diferenciada.

Indo mais além, podemos ainda explicar sobre conclusões voltadas ao campo das políticas públicas, dos projetos de educação traçados a partir de uma lógica totalmente diversa daquela dos povos originários. Assim, concluindo, podemos dizer que o que mais tem influenciado na inefetividade das normas concernentes ao direito dos povos indígenas terem uma educação diferenciada se dá pelo motivo da não preparação dos agentes públicos que gerenciam as políticas educacionais, bem como a falta de formação específica sobre a educação diferenciada dos profissionais que atuam no ambiente escolar dentro de uma aldeia, com desconhecimento em relação aos povos indígenas.

Cabe ainda acrescentar a falta de vontade da máquina pública em dar a atenção devida aos povos indígenas no que se refere à assistência básica a educação, as barreiras criadas pela burocracia institucional têm levado a educação escolar indígena, que tem direito a ser diferenciada, a um atraso, quanto a sua efetivação. Enquanto temos países que reconhecem a plurinacionalidade, encontramos no Brasil a dificuldade do poder público em discutir efetivamente as diferenças étnico-culturais formadoras da sociedade brasileira, garantindo-lhes a manutenção da sua cultura e educação próprias.

Por fim, resta, para a academia, principalmente acadêmicos indígenas, suscitar o debate acerca da temática, colaborando assim para a criação de novos rumos na formação de profissionais da área. A descolonização da educação perpassa primeiramente os níveis superiores, ou seja, as Instituições formadoras dos

profissionais que atuam na base educacional. Com uma educação crítica e inovadora, no sentido de não apenas reproduzir o modelo euro-ocidental educacional, podemos fortalecer a discussão e abertura para a aceitação de modelos distintos de educação. Como afirmam alguns teóricos da Antropologia, devemos nos atentar ao multiculturalismo na hora de abordarmos questões específicas, que é o caso da educação; levar em consideração esse pluriculturalismo existente na realidade brasileira não pode ser visto como benefícios apenas, mas sim, como o respeito à diversidade, e, se tratando de povos indígenas, o respeito às garantias constitucionais, do direito à diferença, de autodeterminação dos povos, organizações sociais próprias e de serem respeitados como eles mesmos. Cabe ainda salientar que todas essas garantias vêm reforçadas na Convenção 169 da OIT – Sobre Povos Indígenas e Tribais e também na Declaração da ONU sobre Direito dos Povos Indígenas.

O desafio lançado, a partir do presente trabalho, é de que sejam (re)pensadas as práticas de formação docente para a educação básica, pensar maneiras de quebrar essa hegemonia predominante nas grandes instituições de ensino superior, que só enxergam uma única maneira de se ensinar como sendo a certa. Pode-se sugerir que os centros formadores de docentes se proponham a debater e procurar alternativas para a abordagem das especificidades da educação escolar, que não se pode assimilar formas de ensino, e sim, complementá-las e que uma cultura não deve se sobrepor à outra, pois só reforça o etnocentrismo europeu.

## REFERÊNCIAS

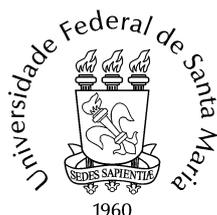
- BRASIL, 1988. Constituição da Republica Federativa do Brasil 1988. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 17 jul. 2018
- BRASIL, 1996. Lei 9.394. Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 17 jul. 2018
- BRASIL, 1999. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf). Acesso em 17 jul. 2018
- BRASIL, 2010. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 17 jul. 2018
- BRASIL, 2012. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso\\_2013/PDFs/resol\\_federal\\_05\\_12.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_05_12.pdf). Acesso em 17 jul. 2018
- BRAND, Antonio J.; CALDERONI, Valeria A. M. de. O. Povos indígenas, conhecimentos tradicionais e diálogo de saberes nas instituições de educação superior: desafios para uns e outros. 16 Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas,. **Anais...** 2012
- LADEIRA, Maria Elisa. Desafios de uma política para a educação escolar indígena. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p.141-155, dez. 2004. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/journal:funai/ladeira\\_2004\\_desafios.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/journal:funai/ladeira_2004_desafios.pdf). Acesso em 17 jul. 2018
- SOUZA, Ilma R. C. S.; BRUNO, Marilda M. G. Ainda Não Sei Ler e Escrever: Alunos Indígenas e o Suposto Fracasso Escolar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/51362/39849>. Acesso em 17 jul. 2018
- SILVA, Braulio H. A.; SANTOS, Kleber E. O. Os desafios da educação nas escolas indígenas do povo xukuru do ororuba: uma reflexão à luz dos direitos humanos. 2 congresso internacional de educação inclusiva. **Anais...** 2016

TOKARNIA, Mariana. Quase metade das escolas indígenas não tem material didático específico. **EBC: Agencia Brasil**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/quase-metade-das-escolas-indigenas-nao-tem-material-didatico-especifico>>. Acesso em 17 jul. 2018

## APÊNDICES

**APÊNDICE 01**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO ÀS ESCOLAS**



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação

**De:** Profa: Luciana B. Zambon

**Para:** Prof<sup>o</sup>. Nélio Campos

**Assunto:** Apresentação de aluna para a realização de atividades de pesquisa

**Ref.** Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena da UFSM

Prezado Senhor

Vimos, por meio deste, **apresentar a estudante do curso de Pedagogia – Licenciatura Plena da UFSM, Sra. Evanise Kei Claudino , matrícula UFSM 201411398**, a qual está proposta para realizar parte de suas atividades de pesquisa, no âmbito de seu Trabalho de Conclusão de Curso, na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Antônio Kasin Mig, sob sua direção.

O projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido, intitulado “Educação Escolar Indígena e as interfaces da Educação diferenciada”, tem como objetivo principal estabelecer uma dialética entre o modelo educacional, destinado aos indígenas, estabelecido na legislação brasileira, e as formas como a educação escolar indígena vem se efetivando em escolas indígenas de educação básica.

Neste sentido, solicitamos sua concordância formal para a realização, nesta unidade escolar, das atividades previstas no referido projeto de pesquisa.

Contando, desde já, com a colaboração desta unidade escolar para com nossa solicitação, agradecemos, antecipadamente, a possível acolhida da referida estudante e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Profa. LUCIANA B. ZAMBON**  
Professora orientadora  
Departamento de Administração Escolar  
Contato: [luzambon@gmail.com]



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação

**De:** Profa. Luciana B. Zambon

**Para:** Profa. Isabel Cristina Baggio

**Assunto:** Apresentação de aluna para a realização de atividades de pesquisa

**Ref.** Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena da UFSM

Prezada Senhora

Vimos, por meio deste, **apresentar a estudante do curso de Pedagogia – Licenciatura Plena da UFSM, Sra. EvaniseKei Claudino , matrícula UFSM 201411398**, a qual está proposta para realizar parte de suas atividades de pesquisa, no âmbito de seu Trabalho de Conclusão de Curso, na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva, sob sua direção.

O projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido, intitulado “Educação Escolar Indígena e as interfaces da Educação diferenciada”, tem como objetivo principal estabelecer uma dialética entre o modelo educacional, destinado aos indígenas, estabelecido na legislação brasileira, e as formas como a educação escolar indígena vem se efetivando em escolas indígenas de educação básica.

Neste sentido, solicitamos sua concordância formal para a realização, nesta unidade escolar, das atividades previstas no referido projeto de pesquisa.

Contando, desde já, com a colaboração desta unidade escolar para com nossa solicitação, agradecemos, antecipadamente, a possível acolhida da referida estudante e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente

**Profa. LUCIANA B. ZAMBON**

*Professora orientadora*  
*Departamento de Administração Escolar*  
Contato: [luzambon@gmail.com]

**APÊNDICE 02**

**ROTEIROS DE ENTREVISTA**

### **Entrevista para direção de escolas indígenas**

1. como costuma ser o trabalho diário aqui na escola (rotina de trabalho, horários, professores, merenda)?
2. como a proposta pedagógica da escola(PPP) foi construída (como a comunidade participou dessa construção? Qual a avaliação da proposta? e qual a periodicidade da reformulação?)
3. como são elaborados os planejamentos dos professores (material didático, espaço físico- sala de professores para reuniões e planejamentos?)
4. que dificuldades a escola enfrenta para efetivação da educação escolar indígena?
5. se você pudesse mudar alguma coisa na escola, o que você mudaria?
6. se você pudesse mudar alguma coisa nas leis sobre educação escolar indígena, o que você mudaria?
7. você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

### **Entrevista para professores de escolas indígenas**

1. como costuma ser o trabalho diário aqui na escola (rotina de trabalho, horários, professores, merenda)?
2. como a proposta pedagógica da escola(PPP) foi construída (como a comunidade participou dessa construção? Qual a avaliação da proposta? e qual a periodicidade da reformulação?)
3. como são elaborados os planejamentos dos professores (material didático, espaço físico- sala de professores para reuniões e planejamentos?)
4. quais as metodologias de ensino você costuma utilizar?
5. quais atividades lúdicas (brincadeiras) costumam ser realizadas com as crianças?
6. quais espaços são utilizados para as atividades de ensino?
7. que dificuldades você enfrenta para realizar o seu trabalho docente?
8. se você pudesse mudar alguma coisa na escola, o que você mudaria?
9. se você pudesse mudar alguma coisa nas leis sobre educação escolar indígena, o que você mudaria?
10. você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?